

**V.S.^a PREGOEIRO – SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – TRIBUNAL
REGIONAL DO TRABALHO DA 3^a REGIÃO – PODER JUDICIÁRIO – UNIÃO FEDERAL**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 23/2019

Processo e-PAD nº 35898/2019

A **CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.723.789/0001-71, com endereço na Rua Magnólia, nº 931, Bairro Pedro I, CEP 30.770-020, Belo Horizonte/MG, vem, por meio de sua representante legal subscrita, com base no art. 5º, inc. LV, da CF/88; no art. 109, inc. II, alínea b, da Lei 8.666/93; no art. 4, inc. XVIII, da Lei 10.520/2002; no art. 26 do Decreto 5.450/2005 e nos subitens 20.3. e 20.31. do Edital do processo licitatório em epígrafe, apresentar seu **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com base nos seguintes fatos e fundamentos de Direito.

I. DA ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO DO RECURSO

Enquanto a Constituição garante aos litigantes o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (art. 5º, inc. LV, CF/88); tanto a Lei 8.666/93 (art. 109, inc. b), quanto a Lei 10.520/2002 (art. 26), o Decreto 5.450/2005 (art. 26) e o Edital do certame em questão (sub itens 20.3-20.3.1) facultam ao licitante vencido se levantar contra a sagração do vencedor por meio de Recurso Administrativo, de tal forma que é adequada a via eleita.

Quanto à tempestividade, tem-se que o instrumento convocatório, em congruência com os já citados dispositivos da lei que rege o pregão e do decreto que rege o pregão eletrônico fixam um prazo de três dias após a manifestação de intenção de recurso.

Uma vez que a decisão que apontou a **Santa Fé Serviços Eireli** como vencedora foi publicada no dia 14.8.2020 (sexta-feira) e foi aberto um prazo de 24h (vinte e quatro horas) para a apresentação da manifestação de recurso, findando na segunda-feira, dia 17.8.2020, o prazo de três dias começou a correr na terça-feira, dia 18.8.2020 de modo que se tem o *dies ad quem* para apresentação do recurso é dia 20.8.2020 (quinta-feira). Por apresentado dentro de tal lapso, é tempestivo o presente Recurso Administrativo.



II. DA NECESSÁRIA PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER

Como positiva o nosso ordenamento jurídico e o Edital do certame em tela, após a publicação do pregoeiro da decisão que sagra o licitante como vencedor, será facultado aos demais licitantes manifestar de intenção de interpor recurso. A não apresentação dessa manifestação implica em decadência do direito de recorrer. A Recorrente cuidou de tempestivamente de lançar no sistema do Pregão Eletrônico sua intenção, com os seguintes dizeres, *in verbis*, com grifos nossos:

Manifesta-se intenção de recorrer pela desclassificação da proposta vencedora uma vez que a licitante na composição de seu preço se vale de piso salarial de CCT de categoria que 1. não corresponde à atividade principal da empresa e 2. não corresponde à categoria dos profissionais necessários à execução do serviço objeto da licitação.

São essas as razões que desenvolvemos a seguir.

III. DAS RAZÕES DE RECURSO.

III.1. DOS FATOS

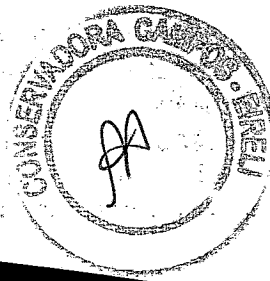
Como consta sob a rubrica **Objeto** no instrumento convocatório, no subitem 1.1, o presente procedimento licitatório visa *in verbis*, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de *serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional* nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais.

Esse ponto, o *objeto* da licitação, aparece ainda no instrumento convocatório no subitem 1.6 do Anexo II (Termo de Referência), onde se lê literalmente que o objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de *limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional*. No subitem 3.1. desse mesmo Termo de Referência, é dito que a licitação tem por fim a contratação de *serviços continuados* com dedicação exclusiva de mão de obra. No subitem 7.1 desse mesmo Anexo II se lê que o contrato administrativo terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

Frisa-se o então o seguinte: **prestação de serviços, continuados (12 meses), de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional.**

Já sob a rubrica **Julgamento da proposta**, no subitem 91., lê-se que, *ipsis litteris*, para julgamento da proposta, será considerada como primeira classificada aquela que, estando de acordo com as especificações exigidas neste certame, ofertar o menor preço global anual por lote.

Frisa-se: **menor preço global.**



A licitante declarada vencedora, a **Santa Fé Serviços Eireli**, na composição de seu preço, cotou preço baixíssimo para a sua mão de obra utilizando o piso salarial de Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) celebrada entre o Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados em Empresas de Assessoramento, Pesquisa, Perícias, Informações, Agentes Autônomos (SINTAPPI/MG) e o Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços em Recursos Humanos e Trabalho Temporário no Estado de Minas Gerais (SINSERHT/MG).

Como dispõe o subitem 19.3.4. do Termo de Referência, todas as licitantes são obrigadas a apresentar documento que apresente seu CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) principal. Como atestada a ficha emitida pela Receita Federal, o **CNAE da licitante vencedora é 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros.**

Em seu contrato social, lê-se que o objeto social da licitante vencedora é fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização e controle de pragas urbanas, compreendendo a desinsetização, desratização e lavagem e higienização de reservatórios de água e esgoto, portaria, recepção, vigia, continuo, copeiras, motorista, ascensorista, manobrista, apoio administrativo, serviços de apoio a secretaria, atendente, trabalhador braçal e auxiliar administrativo, limpeza e desinfecção hospitalar, jardinagem e manutenção predial.

Dessa forma, observa-se o seguinte fato: a licitante vencedora na composição de seu valor utilizou de piso salarial de categoria que não corresponde à sua atividade principal, não corresponde a seu objeto social e não corresponde ao objeto da licitação em tela.

Qual a motivação para tanto? *Data maxima venia*, a motivação é escusa, a licitante visa fraudar a licitação violando direitos trabalhistas. Vejamos.

III.II. DO DIREITO

O Tribunal de Contas da União (Informativo de Licitações e Contratos nº 369 – TCU) entende que na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante pode utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante (CNAE preponderante), e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT e art. 8º, inciso II, da CF/88).

Porém, no caso em tela o que se tem é a utilização de CCT de categoria totalmente alheia ao CNAE principal e ao próprio objeto social da licitante vencedora, além de também categoria totalmente estranha ao objeto do contrato administrativo a ser celebrado ao final do certame.

